

AS DINÂMICAS DOS TERRITÓRIOS NO CONTEXTO DA PRÉ E PROTO-HISTÓRIA DO ALENTEJO (PORTUGAL)

Leonor Rocha²⁵⁸
Universidade de Évora



1.- Fronteira versus limite?

Com definições em latim de *finis*, *limen* ou *terminus*, o termo fronteira pode, derivar antes do latim *fronte*, *frontaria* ou mesmo *frons*, *tis*. Inquestionável, em todos eles, é a noção da existência de um território que tem um fim ou que está diante de outro.

Se o conceito de fronteira é relativamente recente, em termos históricos, e surge associado à determinação de um limite político-territorial, imposto pelo evoluir do sistema do Estado moderno, a consciência de um limite territorial foi-se definindo e redefinindo ao longo dos tempos, sofrendo alterações que abarcavam muito mais do que a geopolítica... eles incluíam inicialmente, sobretudo, as diferenças sociais, culturais e económicas de um povo ou de um grupo “*Delimitar e separar territórios para dominá-los são atividades espaciais que, de acordo com a época histórica, formam parte da natureza social da espécie humana*” (Ferrari, 2014: 2).

258 Universidade de Évora/CHAIA. lrocha@uevora.pt

Se para os períodos mais recuados da Pré-história não dispomos de quaisquer informações, como veremos mais adiante, a partir da Proto-história, na Idade do Ferro (povos pré-romanos), passamos a ter uma noção do que seriam os territórios dos grupos que habitavam a Península Ibérica. Estes limites territoriais seriam definidos não por linhas de fronteira, como se concebem na atualidade, mas por marcos na paisagem que se poderiam traduzir em monumentos megalíticos (funerários e não funerários), cursos de água, serras, florestas, ou um qualquer outro tipo de barreira física facilmente identificável na paisagem.

Com a queda do império romano, deixa-se de ter um território unificado para se entrar num espaço dividido e governado por diferentes povos de origem germânica, com limites/fronteiras que foram variando em função das organizações políticas existentes (Poveda Arias, 2013). Assim na antiguidade tardo romana o termo que se considera mais adequado para denominar as fronteiras passa a ser o de *confinium* “Com este término haríamos referencia a unas realidades limítrofes difusas e de carácter zonal (.../...) Únicamente podríamos referir-nos a un fenómeno lineal, com unos limites nitidamente definidos, en los casos en los que la frontera coincidiera com una barrera natural, ya fuera un río o una montaña” (Idem, Ibidem: 1175)

Este conceito acaba por se manter até à Idade Moderna alterando-se com o Tratado de Vestefália (1648) que dá início a uma nova ordem internacional ao reconhecer o princípio da soberania dos Estados-nação “*rex imperator in regno suo – o rei é soberano no seu território*” (Amante, 2014: 190). Estabelece-se assim a «fronteira política», que identifica e delimita o território do Estado (Mongiardim, 2014).

Na realidade, as conceções de fronteira e de território podem ser tão díspares e problemáticas que várias áreas de estudo se têm vindo a debruçar sobre elas, desde a Arqueologia e a Antropologia, até à Sociologia ou às Relações Internacionais...uns procuram perceber as dinâmicas dos povos antigos, outros dos “primitivos” atuais e outros, compreender os conflitos territoriais mais recentes. Mas comecemos pelo início...

2.- O povoamento antigo

2.1.- As sociedades caçadoras-recoletoras

Ao longo de Paleolítico e Mesolítico (sociedades caçadoras-recoletoras), período cronológico que terminou, sensivelmente há cerca de 8000 anos, os territórios de exploração dos recursos naturais seriam bastante alargados, so-

bretudo, em anos com condições atmosféricas adversas (chuva/ seca). Não existiam habitações permanentes, nem produção e acumulação de qualquer tipo de bens. Estas sociedades nómadas viviam e exploravam territórios em busca de alimentos e, como é natural, não podiam transportar consigo quaisquer elementos acessórios.

Apesar de ser em termos gerais ser o período mais longo da nossa história humana, temos, na prática, menos informação, do que para um dia da atualidade. Porquê? Bem, apesar dos estudos arqueológicos sobre este período remontarem ao séc. XIX, subsiste uma grande escassez de dados sobre os acampamentos destes períodos. Existem sérias dificuldades na identificação de sítios, problemas sistemáticos de origem climática - erosão ou sedimentação – que os destruíram ou encobriram, entre outros. Todavia, os dados existentes apontam para áreas preferenciais, nos vales dos principais rios e ribeiras, em áreas costeiras ou com substratos geológicos propícios à existência de grutas e abrigos naturais (calcários, quartzitos). Esta preferência documentada cria, naturalmente, e por oposição, significativos “vazios” de ocupação do espaço. Estes, não seriam espaços inóspitos ou evitados, mas antes espaços de exploração de recursos sazonal e/ou utilizados nos períodos de carência alimentar, quando se tornava necessário buscar outros recursos, em áreas, longínquas ou geograficamente menos atrativas, para procurar. Poderiam, ainda, ser espaços de passagem, na procura de redes de contacto a longa distância, para troca de matérias-primas, ou estabelecimento de alianças – matrimoniais, por exemplo.

Ainda que nestes períodos pudessem existir conflitos (existem dados antropológicos que o comprovam) a estrutura social e económica destas sociedades não lhes permitia dispor dos meios para dominar um determinado espaço territorial: delimitar, separar e defender espaços exigem capacidade tecnológica (militar) específica.

2.2.- As primeiras sociedades camponesas

No decurso da Pré-história Recente, que se inicia sensivelmente há cerca de 7000 anos e termina há cerca 4000 anos, os dados arqueológicos existentes apontam-nos para a existência de limites territoriais, entre os diferentes grupos, que se estruturavam em torno de um território mais ou menos alargado. De facto, em alguns casos, é possível determinar, com alguma clareza, diferenças significativas nos espólios recuperados em sítios/monumentos arqueológicos, cronologicamente diacrónicos, o que nos permite, por um lado,

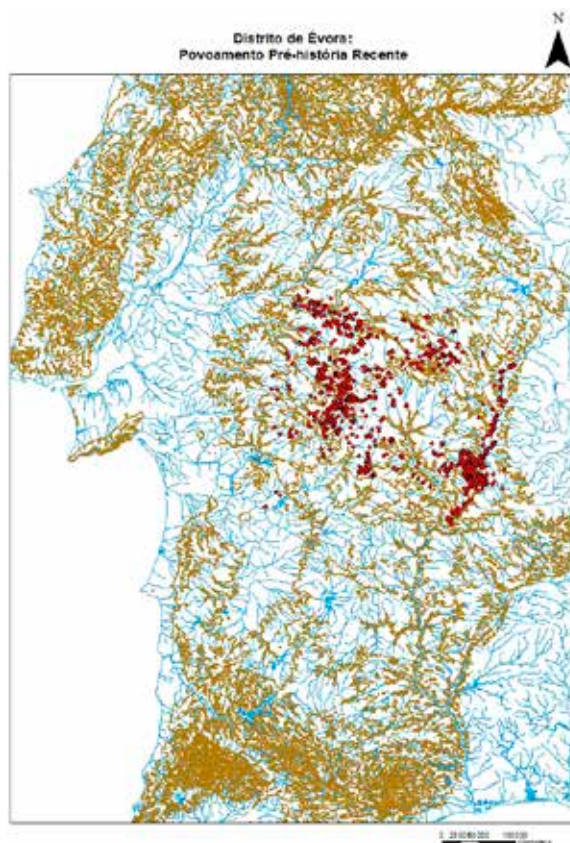
perceber ligações a longa distância (trocas comerciais) e, por outro, definir grupos com base na homogeneidade dos espólios existentes - esta constatação levou inclusive à criação de “*Grupos Culturais*”.

Monumentos funerários, menires, cursos de água, pontos identificáveis na paisagem (serras, afloramentos, florestas, etc.) serviriam para definir os limites/ fronteiras de um território. Muito provavelmente, à semelhança do que atualmente ocorre nas sociedades ditas primitivas, estas fronteiras poderiam ter uma conotação sagrada, mística, simbólica que, para além de separar dois territórios físicos, tinham a função de estabelecer uma fronteira entre o bem e o mal, o religioso e o profano. A separação de territórios para além de se tratar de uma criação do homem pode ter assumido vários significados.

As delimitações territoriais acabam por se definir e acentuar com o aparecimento e desenvolvimento da agricultura (com a sua consequente sedentarização) e produção metalúrgica, pois, pela primeira vez na sua história, o Homem sente a necessidade de proteger bens essenciais (utilitários e de prestígio) e controlar os recursos naturais e minerais fundamentais à sua sobrevivência. Este desenvolvimento implica uma significativa mobilização comunitária. Esta, numa primeira fase, revela-se na construção de povoados abertos, em sítios mais ou menos aplanados, posteriormente, alguns destes são abandonados, preteridos por sítios de altitude (com boas condições naturais de defesa) aos quais, numa fase subsequente se adicionam estruturas defensivas, mais ou menos imponentes, como muralhas e/ou abertura de fossos. A relação entre estes diferentes tipos de implantação na paisagem parece encaixar num processo de diferenciação cronológica e social podendo, no entanto, coexistir os três modelos num mesmo território.

A análise dos dados existentes para o Alentejo (Mapa 1) permite-nos constatar que nesta região existem numerosos povoados (abertos e fortificados) tendo-se também começado a identificar e escavar, nas duas últimas décadas, povoados de fossos (Valera, 2013).

Numa análise atenta do Mapa 1 verifica-se, ainda, que existe uma maior densidade de sítios junto aos principais rios e ribeiras uma vez que, para além de poderem ser vias naturais de passagem, eram fontes de recursos bióticos, oferecendo condições favoráveis à fixação para as comunidades agro-pastoris do Neolítico e Calcolítico.



Mapa 1: Dispersão dos povoados no Alentejo.

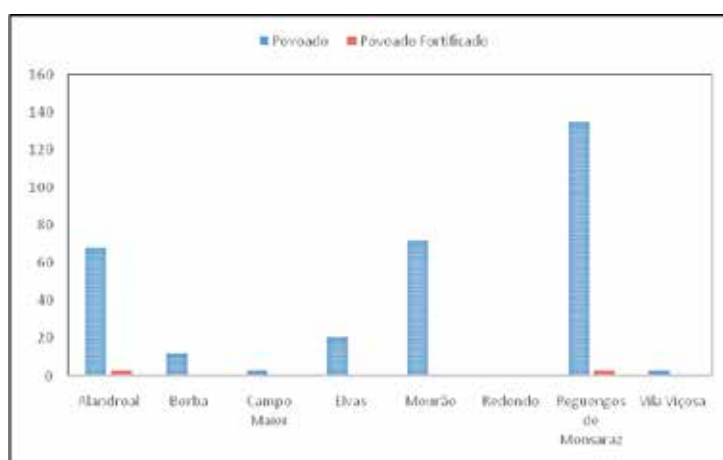


Gráfico 1. Número de povoados registados nos concelhos da raia. Fonte: Base de dados Endovélico.

Os sítios registados na base de dados da DGPC, representados no Gráfico 1, refletem três grandes problemas: i) a informação não se encontra atualizada. O concelho do Redondo, por exemplo, tem uma Carta Arqueológica publicada onde se encontram referidos vários povoados deste período, os quais não se encontram vertidos nesta compilação (Calado e Mataloto, 2001); ii) a discrepância no número de sítios resulta, essencialmente, do investimento em obras publicas e/ou privadas, efetuadas nalgumas áreas regionais (em detrimento de outras); iii) problemas de atribuição cronológica segura. De fato, a esmagadora maioria destes sítios foram identificados através de prospeções arqueológicas, que apesar de fornecer alguns dados sobre as suas cronologias (através dos conjuntos artefatuais, muitos deles diminutos) não são suficientes para permitir uma caracterização mais específica do tipo de ocupação o que só é possível através de escavações que abarquem, se possível, a totalidade do povoado.

Infelizmente, em termos regionais, os dados que possuímos são escassos, este tipo de abordagem necessita, por um lado, de um grande investimento e, por outro, uma duração temporal relativamente prolongada. Os povoados mais extensamente escavados resultam ou de escavações antigas (caso do Castelo de Pavia) (Foto 1) ou de medidas de minimização de impactes ambientais (Barragem do Alqueva, A6, empreendimentos turísticos ou hidroagrícolas), como é o caso do S. Pedro (Redondo) (Foto 2).



Foto1. Vista a partir do Castelo de Pavia.

Neste contexto, as cronologias que existem para os vários tipos de *habitats*, baseiam-se apenas nos modelos de ocupação do território e, sobretudo, nos conjuntos artefatuais de superfície por comparação com as cronologias disponíveis e as sequenciações propostas para as áreas limítrofes.



Foto 2. Pormenor das estruturas de S. Pedro.

2.3.- As sociedades metalúrgicas

A produção metalúrgica inicia-se há cerca de 4 mil anos e prolonga-se até ao séc. V a. C. Caracteriza-se por alterações significativas a nível das estratégias de povoamento, desaparecendo praticamente os povoados localizados nas áreas mais aplanadas do Alentejo Central. A análise dos dados disponíveis (Calado e Rocha, 1996-97, 1996; Fabião, 2001; Mataloto, 2004, 2010; Valera, 2013) permitem-nos perceber que as alterações que surgem, ainda no final do 3º milénio a.C. e se acentuam no milénio seguinte apresentam mudanças a nível do povoamento, mas também ao nível das práticas funerárias, com uma clara afirmação dos enterramentos individuais em detrimento dos coletivos. Esta realidade leva-nos a supor que tenha existido uma reestruturação na organização socioeconómica, política e cultural destas comunidades, por razões que ainda desconhecemos.



Mapa 2: Dispersão dos povoados da Idade do Bronze/ Ferro

Em termos de povoamento, constata-se uma preferência, quase exclusiva, pelo topo das principais linhas de cumeada, implantando-se os maiores povoados nos pontos mais elevados do Alentejo, como a Serra d'Ossa, onde se destacam os povoados do Castelo, São Gens e Evoramonte (Calado e Rocha, 1996-97, 1996; Calado, Barradas e Mataloto, 1999).

Paralelamente a estes, coexistem outros, em cabeços também proeminentes na paisagem mas em cotas inferiores, de que podemos destacar, na área em estudo, o de São Pedro (Redondo), o Castelão de Rio de Moinhos (Borba), o Castelo Velho (Alandroal) e o Castelo Velho do Degebe (Reguengos de Monsaraz) (Calado e Rocha, 1996-97, 1996; Calado, Barradas e Mataloto, 1999).

Naturalmente que a informação sobre estes povoados é, mais uma vez, bastante desigual. À semelhança do que foi referido para o período anterior,

poucos são os povoados que foram objeto de intervenções arqueológicas, sendo que, para a maioria, apenas dispomos de dados resultantes de recolhas de materiais à superfície e da observação de restos de estruturas/ taludes, que nos permitem atribuir uma cronologia. Existe ainda, infelizmente, um conjunto de dados provenientes de locais que foram profundamente destruídos no âmbito de trabalhos agrícolas, florestais, etc.

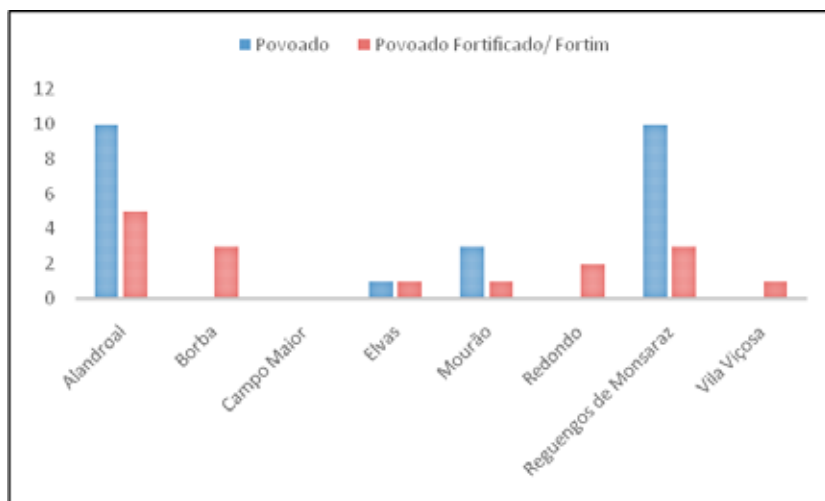


Gráfico 2. Número de povoados fortificados registados nos concelhos da raia.
Fonte: Base de dados Endovélico.

O gráfico anterior é limitado pelas condicionantes reportadas na análise do Gráfico 1, ainda assim ilustra de forma significativa a rarefação/ concentração do povoamento em torno de povoados amuralhados (e de fossos), como veremos de seguida.

No que diz respeito aos povoados intervencionados para este período temos basicamente dois tipos de situações: i) escavações realizadas no âmbito de projetos de investigação e ii) escavações realizadas no âmbito de medidas de minimização de impactes. Estas situações traduzem, por norma, diferentes graus de conhecimento uma vez que, para o primeiro caso, temos apenas a realização de intervenções em pequenas áreas (os custos são elevados e os financiamentos escassos) e, no segundo, temos escavações que podem abranger a quase totalidade do povoado.

3.- Sítios fortificados: alguns dos dados existentes

A maioria dos povoados fortificados/amuralhados alentejanos encontra-se implantado em locais com algumas condições naturais de defesa, nalguns casos reforçadas artificialmente (muralhas). De um modo geral, esta implantação corresponde a uma estratégia de povoamento que surge a partir do Neolítico final, um pouco por toda a Europa, com a construção de sistemas defensivos (muralhas e torres). Este tipo de estruturação habitacional conhecerá clara afirmação na fase seguinte, no início do Calcolítico.

Para além de algumas fortificações bem estudadas, como Santa Justa, no Algarve, Monte da Tumba e S. Pedro, no Alentejo, os restantes povoados com muralhas (com/sem torrões) mais intervencionados em Portugal, continuam a localizar-se na península de Lisboa. No Alentejo, têm sido detetados, um número significativo de povoados calcolíticos com vestígios de fortificações, alguns dos quais parecem ter possuído ocupação (com ou sem hiatos) durante aproximadamente 2000 anos. Todas as fortificações, para as quais se conhece um sistema defensivo complexo, incluindo torres, barbacãs, etc., respondem a uma estratégia de implantação muito padronizada. Estas localizam-se, em regra, em esporões, com bom domínio visual sobre a paisagem envolvente, sem, no entanto, ocuparem os pontos mais altos da região em que se localizam. Ainda assim controlam áreas de passagem e/ou boas terras agrícolas, geralmente em vale. Referem-se aqui, a título de exemplo, alguns dos povoados fortificados intervencionados na área em estudo, relacionando-os com a categoria de trabalho de enquadramento.

3.1.- Sítios intervencionados no âmbito de projetos de investigação

Em relação às escavações realizadas no âmbito de projetos de investigação, nesta área, destacaria as intervenções (sondagens) realizadas no Castelo Velho (Alandroal).

O Castelo Velho (Alandroal), também conhecido como Castelo Velho de Lucefecit, localiza-se num esporão sobre a ribeira do Lucefecit. Trata-se de um povoado com cerca de 1 ha de área útil. Nas escavações realizadas em 1992 e 1993 por M. Calado (Calado, 1993a; 1994), foram definidos 4 níveis de ocupação distintos, que permitiram concluir que a sua fundação se deu há cerca de 5.000 anos, tendo sido habitado de forma mais ou contínua até cerca do séc. I a. C. Teve ainda uma ligeira ocupação em época muçulmana. São visíveis

vários troços de muralhas que, na área intervencionada, possuiria uma altura conservada de mais de dois metros com cerca de 1,50m de espessura.

A sua defensabilidade natural foi reforçada pela construção de uma poderosa muralha.

3.2.- Sítios intervencionados no âmbito de medidas de minimização

No que diz respeito à implementação de medidas de minimização de impactes ambientais, preconizadas no âmbito de procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), temos de ter em atenção que a primeira legislação específica de AIA surge em Portugal apenas com a publicação do Decreto-Lei n.º 186/90, de 6 de Junho e o Decreto Regulamentar n.º 38/90, de 27 de Novembro, a qual foi sendo implementada, em termos de Património, de forma muito residual, até 1998. Assim, até quase aos finais do séc. XX poucos foram os sítios intervencionados por imposição direta desta legislação. Na maior parte dos casos tivemos intervenções de emergência em sítios que foram parcialmente destruídos.

No Castelão de Rio de Moinhos (Borba) a escavação de emergência foi desencadeada pela realização de trabalhos agrícolas que afetaram parte da muralha deste povoado, que se encontrava muito bem preservada. O sítio localiza-se num pequeno topo alongado sem defensabilidade natural mas com excelente visibilidade sobre a área envolvente.

O local teve duas campanhas de escavação, em 1990 e 1991, dirigidas pelo Doutor M. Calado (Calado, 1991; 1992), tendo sido realizadas sondagens em duas áreas opostas do povoado (Sector e Sector 2). Estas intervenções permitiram caracterizar a muralha que delimita o povoado e que apresenta cerca de 2m de altura conservada e cerca de 1,40m de espessura. No Sector 1 identificou-se uma porta de acesso ao povoado que era reforçada por dois torrões. Cronologicamente situado na fase final da Idade do Ferro, este “castelo” evidencia sistemas construtivos de defesa que só se justificariam numa sociedade com conflitos.

Já dentro do processo de AIA temos a recente intervenção realizada no povoado de S. Pedro (Redondo), coordenada pelo Dr. Rui Mataloto (Mataloto, 2010). O povoado localiza-se no topo de um cabeço alongado (Foto 3), com boa visibilidade sobre a área envolvente e condições naturais de defesa, a qual foi reforçada com a construção de muralhas. A intervenção realizada permitiu

escavar mais de metade da área do povoado, permitiu identificar seis fases de ocupação que decorreram entre os finais do 4.^o milénio a.C. e grande parte do 3.^o milénio a. C., com um último momento já em época histórica. Foram construídas estruturas defensivas (muralhas e torreões) em duas fases e o interior apresentava uma grande variedade e quantidade de estruturas habitacionais. Nestas diferentes fases houve também reordenação do espaço e das estruturas defensivas que apresentam alguma complexidade construtiva.



Foto 3. Vista do cabeço do povoado de S. Pedro (Redondo)

4.- Considerações finais

A análise agora realizada pretendeu, basicamente, traçar um panorama da situação dos sítios fortificados nos concelhos do lado Este do Alentejo Central, não pretendendo ser uma revisão da problemática da investigação arqueológica dado que se reporta, apenas, a alguns concelhos e sítios selecionados e, como se referiu anteriormente a investigação sobre a Pré e Proto-História alentejana, tem sido escassa, com muitos trabalhos antigos, pelo que a informação atualmente disponível é muito dispersa e desequilibrada,

em termos regionais, o que dificulta a interpretação dos territórios de exploração/ vivência destas populações. Em termos gerais, estes têm vindo a ser definidos em função dos povoados de maior dimensão que parecem controlar um território envolvente (de diferentes dimensões) com uma malha de outros povoados, de menor dimensão, a eles associada (Fabião, 1996, Calado e Rocha, 1996-97, 1996; Calado, Barradas e Mataloto, 1999; Mataloto, 2004, 2010; Valera; 2013).

O aparecimento dos primeiros povoados fortificados, há cerca de 5000 anos, inscreve-se no âmbito de uma discussão que continua em aberto, sobretudo, porque não tendo sido cabalmente resolvida a questão do indigenismo *versus* colonialismo, teorias utilizadas para explicar a evolução destas sociedades antigas.

Nos últimos anos, surgiu o conhecimento de outro tipo de povoados que, ao invés de possuírem imponentes estruturas defensivas positivas (murallas), apresentam uma ou mais linhas de estruturas negativas (fossos), escavados na rocha, que podem atingir os 6-10m de profundidade. Para além de serem genericamente muito maiores que os amuralhados, estes povoados apresentam uma grande complexidade de estruturas negativas, têm cronologias similares aos amuralhados e têm vindo a ser identificados um pouco por toda a Europa (Valera, 2013).

Apesar da informação disponível nos permitir perceber que estes dois tipos de estruturação coexistiram nos mesmos espaços geográficos (há cerca de 5000/4000 anos), apresentam significativas diferenças em termos de modelos de organização social e das áreas ocupadas (áreas planas junto a linhas de água), existindo alguns povoados de fossos, que chegam a atingir dimensões consideráveis, caso do povoado dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz), com uma área de cerca de 20 hectares e Porto Torrão (Ferreira do Alentejo), com uma dimensão estimada em cerca de 100 hectares (máx.). Este tipo de povoados atesta, no entanto, a existência de grandes aglomerados urbanos neste período, aparentemente com alguma estabilidade, atendendo a que chegam a ter uma ocupação de quase mil anos. A existência deste tipo de estruturação terá, necessariamente, exigido uma maior organização social, política e económica destas populações e, por consequência a organização de um território envolvente (onde existiam povoados de pequenas dimensões), capaz de abastecer estas populações, mas que também tinha de ser defendido e mantido. Ter-se-á gerado, talvez pela primeira vez, a necessidade de se criarem “linhas” de fronteira, entre os diferentes grupos que habitavam estes grandes aglomerados (Idem, Ibidem).

Ao analisarmos estes períodos mais recuados teremos de dar razão a alguns pensadores da Antiguidade Clássica que consideravam a história da humanidade como, de certa forma cíclica, e que a períodos de apogeu se seguem períodos de crise, guerras, com regressão demográfica.

Aparentemente foi o que sucedeu no decurso da Proto-História, com ciclos de expansão seguidos de regressão. Após um período que, como vimos anteriormente, parecia corresponder um grande dinamismo no Alentejo (e não só), no início da Idade do Bronze, assistimos a uma diminuição e concentração do povoamento, de difícil caracterização; o Bronze final, contudo parece recuperar com a constituição de grandes povoados em sítios de cumeada, seguindo-se uma I^a Idade do Ferro de difícil caracterização para, de novo, na sua fase final, antecâmara da entrada dos romanos no território, se assistir a um novo ciclo de apogeu.

Se é certo que as fortificações traduzem a existência de situações de instabilidade e de confronto, resta, porém, averiguar se se trataria de populações exógenas que precisavam de se defender dos autóctones ou vice-versa ou, ainda, se se tratava apenas de uma defesa de territórios produtores de recursos naturais e minerais.

Bibliografia

AMANTE, M^a F. (2014) – Estado Nação. *Enciclopédia das Relações Internacionais*. Alfragide: Publicações D. Quixote, p. 189-191.

CALADO, M. (1991) - *O povoado da II Idade do Ferro do Castelão de Rio de Moinhos*. Campanha 1- Relatório de escavação. Acessível nos Arquivos da DGPC, Lisboa, Portugal.

CALADO, M. (1992) - *O povoado da II Idade do Ferro do Castelão de Rio de Moinhos*. Campanha 2 - Relatório de escavação. Acessível nos Arquivos da DGPC, Lisboa, Portugal.

CALADO, M. (1993a) - *O povoado do Castelo Velho (Alandroal)*. Campanha 1 - Relatório de escavação. Acessível nos Arquivos da DGPC, Lisboa, Portugal.

CALADO, M. (1993b) - *Carta Arqueológica do Alandroal*. Alandroal: Câmara Municipal.

CALADO, M. (1994) - *O povoado do Castelo Velho (Alandroal)*. Campanha 2 - Relatório de escavação. Acessível nos Arquivos da DGPC, Lisboa, Portugal.

CALADO, M; MATALOTO, R. (2001) – *Carta Arqueológica do Redondo*. Redondo: Câmara Municipal do Redondo.

CALADO, M.; ROCHA, L., (1996-97) - Povoamento do Bronze Final no Alentejo Central. *A Cidade de Évora*. Évora. II Série. 2-3, p. 35-54.

CALADO, M.; ROCHA, L. (1997) - Povoamento da Idade do Ferro no Alentejo Central. *Cadernos de Cultura de Reguengos de Monsaraz*. Reguengos de Monsaraz. 1, p. 99-130.

FABIÃO, C. (2001) - O povoamento do sudoeste peninsular na segunda metade do Iº milénio a.C.: continuidades e rupturas. In BERROCAL--RANGEL, L.; GARDES, P., eds. - *Entre Celtas e Íberos. Las poblaciones protohistóricas de las Galias e Hispania*. Madrid: Real Academia de la Historia/Casa de Velázquez, p. 226-246.

FERRARI, Maristela (2014) – As noções de fronteira em Geografia. *Revista Perspectiva Geográfica*. Unioeste. 9/10.

FOUCHER, Michel (1986) – *L'Invention des Frontières*. Fondation pour des Études de Défense National. Paris: FEDN.

FOUCHER, Michel (1991) – *Fronts et Frontières. Un tour du monde géopolitique*. Paris: Fayard.

GUICHONNET. Paul; RAFFESTIN, Claude (1974) – *Géographie des Frontières*. Paris: Presses Universitaires de France.

ISAAC, Benjamin (1998) – The Meaning of the Terms *Limes* and *Limitanei*. *Journal of Roman Studies*. 78. 125-147.

MATALOTO, R. (2004) – Meio Mundo: o início da Idade do Ferro no cume da serra d'Ossa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7:2, p. 139-17

MATALOTO, R. (2010) – o 3º/4º milénio a.C. no povoado de São Pedro (Redondo, Alentejo Central): fortificação e povoamento na planície centro-alentejana. *Transformação e Mudança no Centro e Sul de Portugal: o 4º e 3º milénios a.n.e.* GONÇALVES, Victor S; SOUSA, A. Catarina (eds). Cascais: Câmara Municipal de Cascais, p. 139-17

MONGIARDIM, Mª R. (2014) – Fronteira. *Enciclopédia das Relações Internacionais*. Alfragide: Publicações D. Quixote, p. 207-210.

POVEDA ARIAS, Pablo (2013) – El concepto de frontera en la Hispania Tardoantigua: de *Limes* a *Confinium*. *Los lugares de la Historia*. ALDEA CELADA, J.M; SAN SEGUNDO, C. L; ORTEGA MARTÍNEZ, P; SOTO GARCÍA, M^a R; VICENTE SANTOS, F. J. (Coord). Colección Temas y Perspectivas de la Historia. 3. Salamanca: Hegar Ediciones Antema.

VALERA, A.C. (2013) – Recintos de fossos na Prehistoria Recente de Portugal. Investigação, discursos, salvaguarda e divulgação. *Almadan*. 2^a Série. 18. Almada, p. 93-110.